

# OS MUSEUS, AS MULHERES E A PARTICIPAÇÃO NO CAMPO DE ESTUDOS ETNOLÓGICOS NO BRASIL: ASPECTOS CONTEXTUAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio<sup>1</sup>

87

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## Resumo

Este artigo retoma aspectos das trajetórias profissionais de algumas pesquisadoras, brasileiras e estrangeiras, que atuaram no campo dos estudos etnológicos em meados do século XX, no Brasil, e se relacionaram de formas diversas com museus do país, reunindo coleções e produzindo estudos abrigadas por essas instituições. A análise dessas experiências poderá contribuir com uma maior compreensão sobre as formas de participação de diferentes mulheres em instituições e disciplinas e sobre o próprio desenvolvimento de práticas científicas no país.

## Palavras-chave

Etnologia, colecionismo, museus, mulheres cientistas, século XX

## Abstract

This paper presents aspects of the professional trajectories of some Brazilian and foreign female researchers who worked in the field of ethnological studies in the mid-twentieth century in Brazil, and established different connections with museums in the country, gathering collections and producing studies under the support of these institutions. The analysis of these experiences may contribute to a greater understanding on women's participation in institutions and disciplines and on the historical development of scientific practices in the country.

## Keywords

Ethnology, collecting, museums, women scientists, twentieth century

## Introdução

A história das ciências no Brasil está intimamente ligada aos museus de História Natural oriundos do século XIX no país. Essas instituições consolidaram-se como importantes locais de produção e difusão de conhecimento científico, de intercâmbio de pesquisadores e de salvaguarda de coleções de naturezas diversas.

Os acervos dessas instituições oferecem diversas possibilidades de pesquisa, inclusive em relação à inserção de mulheres em profissões de diferentes campos disciplinares (Bediaga et al., 2016; Junghans, 2016; Sombrio, 2014; Lopes, Souza, Sombrio, 2004; Corrêa, 2003). O trabalho com esses documentos e coleções pode ajudar a contextualizar melhor as características e especificidades das atividades científicas desenvolvidas nesses espaços, possibilitando identificar áreas em que diferentes mulheres atuaram, analisar as estratégias e condições que caracterizaram esses processos de profissionalização, bem como as omissões, exclusões e desigualdades, em períodos em que a presença feminina nes-

<sup>1</sup> Pesquisadora de pós-doutorado (bolsista FAPESP, processo 2016/22452-9) no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (PPGMus - USP). E-mail: marisombrio@gmail.com

ses ambientes era ainda minoritária.

Nesse sentido, esse artigo aborda reflexões preliminares sobre a pesquisa que venho desenvolvendo acerca de trajetórias de algumas cientistas que trabalharam ou se relacionaram de formas diversas com museus brasileiros na primeira metade do século XX, especialmente, e que reuniram coleções e produziram estudos abrigadas por essas instituições.

O objetivo desta pesquisa é, a partir do resgate dessas trajetórias, compreender melhor as formas de participação de mulheres em instituições, disciplinas e práticas científicas considerando que, naquele período, buscavam encontrar espaços de atuação e, mesmo com as dificuldades advindas de papéis sociais de gênero impostos e muitas vezes difíceis de transpor, muitas se fizeram presentes na arena dos debates científicos institucionais.

Transformações econômicas e sociais do começo do século XX, incluindo aí os processos de urbanização, industrialização e a organização de movimentos feministas, proporcionaram novas oportunidades para as mulheres nas ciências em muitos lugares do mundo, incluindo o Brasil. Foi principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930, com o aumento de políticas públicas voltadas à educação, que mulheres começaram a ingressar em instituições de pesquisa e cursos superiores em número mais significativo no país.

Em 1922, como resposta aos apelos da recém-fundada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)<sup>2</sup> ao Ministério da Educação e com a participação de Bertha Lutz – militante feminista e naturalista, diretora da FBPF – como representante do Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>3</sup> no Congresso de Educação ocorrido nesse mesmo ano, permitiu-se o ingresso de meninas no Colégio Dom Pedro II (Rio de Janeiro), uma das instituições de ensino secundário mais importantes do país na época. As concepções sobre educação que se fortaleciam no período, em grande parte representadas por um movimento que ficou conhecido pelo nome de Escola Nova, apoiavam novas práticas, como a coeducação, não mais separando escolas e salas de aula por gênero, e a laicidade do Estado, entre outras proposições, de modo a questionar o então predomínio da Igreja Católica nas decisões em torno do sistema educacional, o que contribuiu com a mudança nos papéis sociais assumidos por mulheres de forma mais geral.

As políticas educacionais colocadas em prática na era Vargas (1930-1945) influenciaram processos de (re)organização do trabalho, da família, da educação, da saúde, e isso motivou um contexto maior de transformação dos papéis sociais e dos significados atribuídos a cada gênero (Azevedo e Ferreira, 2006). Há registros que apontam a presença de mulheres se formando em faculdades em períodos anteriores a esse, mas um ingresso mais maciço começou a ocorrer principalmente a partir dos anos 1930.<sup>4</sup>

2 Organização feminista fundada em 1922, no Rio de Janeiro, por Bertha Lutz e outras mulheres provenientes das classes médias urbanas, tendo como principais bandeiras de luta o direito ao voto feminino, conquistado em 1932, e a educação feminina.

3 Bertha Lutz ingressou por concurso público no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1919, assumindo primeiramente o cargo de secretária, tornando-se mais tarde naturalista do museu.

4 Ver, por exemplo, o trabalho de Rago (2000), sobre mulheres que se formaram em medicina no Brasil durante o século XIX.

Nesse período inicial de inserção das mulheres nas novas universidades que começaram a surgir no período, elas encontraram espaços principalmente em disciplinas que eram também vistas como uma extensão de seus papéis domésticos, consideradas muitas vezes áreas menos valorizadas economicamente, como os cursos de licenciatura, as ciências humanas e as ciências da saúde, em especial aquelas ligadas às práticas de cuidado e higiene, associadas no imaginário popular a uma aptidão exclusivamente feminina. A consolidação de Faculdades Nacionais de Filosofia, como a do Rio de Janeiro, criada em 1939, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934, abriu caminhos para uma inserção feminina em maior número comparado aos períodos anteriores, quando surgiram as faculdades politécnicas, de direito e medicina, presentes no país desde o século XIX (Azevedo e Ferreira, 2006; Cardoso, 1982).

Essa concentração inicial em disciplinas particulares nas quais sua participação era mais aceita socialmente influenciou as trajetórias de mulheres cientistas e influencia até hoje as escolhas profissionais de homens e mulheres, processo que nas últimas décadas tem sido nomeado pelos estudos sociais da ciência e da tecnologia como segregação horizontal. Certamente a organização do campo científico refletiu as divisões de trabalhos e papéis sociais entre os gêneros e, em particular, limitou para as mulheres as oportunidades de treinamento e formação nos locais de pesquisa existentes no país no início do século XX – museus, observatórios, institutos públicos de pesquisa agrícola e de saúde (Azevedo et al., 2004).

O estudo de trajetórias de mulheres nas ciências tem nos ajudado a questionar a fixidez desses papéis, mostrando que existiam identidades mais flexíveis em relação aos padrões de gênero impostos e que a própria historiografia contribuiu com a construção de uma invisibilidade em torno das atividades das cientistas ao não abordar espaços, disciplinas e práticas nas quais elas atuavam produzindo e divulgando conhecimento.

Para ir ao encontro das experiências de mulheres cientistas é preciso olhar para a ciência de forma mais ampla, incluindo os espaços de assistência, os grupos e as comunidades de pesquisa, os sucessos e insucessos, as disciplinas menos valorizadas, a divisão de trabalhos, a compreensão acerca das hierarquias de poder e, dessa forma, encarar a produção de conhecimento científico como uma prática ampla e coletiva que se transforma e é definida de acordo com contextos históricos, sociais e políticos específicos. A incorporação de âmbitos relegados às mulheres e o conhecimento acerca dessas trajetórias pode ampliar nossos conceitos sobre as ciências, seus valores, suas formas de produção e sua história.

## **Museus e a presença feminina nos estudos etnológicos no Brasil**

No século XIX, a institucionalização das ciências naturais no Brasil foi caracterizada pelas práticas dos museus de História Natural, locais privilegiados para o entendimento desse processo. O mais antigo deles, o Museu Nacional

Os museus, as mulheres e a participação no campo de estudos etnológicos no Brasil: aspectos contextuais do início do século XX

do Rio de Janeiro, fundado em 1818, foi por muito tempo a principal instituição brasileira dedicada à História Natural. Havia também, no século XIX, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paulista, o Museu Paranaense, todos em atividade até hoje, e também o Museu Botânico do Amazonas, instituição que funcionou apenas por alguns anos (Lopes, 1997).

Nas primeiras décadas do século XX, esses museus ainda mantinham sua importância e influência na articulação de comunidades e disciplinas científicas. Com a criação das universidades, a partir dos anos 1930, essas instituições foram perdendo sua proeminência conforme novos espaços de pesquisa surgiam. Na primeira metade do século XX, período em que as ciências praticadas nestes museus passavam por processos de transformação, é possível encontrar mulheres diversas atuando nesses espaços como colaboradoras, assistentes, pesquisadoras ou viajantes que por ali passavam. Não eram ainda a maioria entre os pesquisadores, mas estavam presentes.

Os museus de história natural desempenhavam um papel importante na construção de conhecimento científico, associados aos processos de colecionismo. Diversos personagens conhecidos na história das ciências brasileiras passaram por essas instituições, como a já mencionada Bertha Lutz, que trabalhou com botânica, zoologia e museologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Edgard Roquette-Pinto, antropólogo, também pesquisador do Museu Nacional, Emília Snethlage, ornitóloga e primeira diretora mulher do Museu Paraense Emílio Goeldi, e o etnólogo Herbert Baldus, pesquisador e diretor do Museu Paulista, entre inúmeros outros e outras.

Pensar sobre as coleções reunidas por mulheres, a história das ciências e das coleções, as representações de mulheres, das relações de gênero e do feminino em museus diversos, a reprodução de disparidades sociais em exposições, os espaços de trabalho dentro dos museus, a divisão de tarefas baseadas em estereótipos de gênero, ações afirmativas, entre outras abordagens, são assuntos que vêm sendo explorados no âmbito da museologia com a incorporação de análises de gênero nesses espaços. Nesse sentido, esse artigo volta a atenção para alguns trabalhos produzidos por mulheres em espaços museais em meados do século XX.

Mulheres diversas passaram por esses museus brasileiros de História Natural, e entre as disciplinas em que estavam inseridas a etnologia se destacava. Hoje entendidos como parte do campo disciplinar da antropologia, os estudos de etnologia se desenvolveram no Brasil contando com esforços de profissionais tanto de instituições nacionais quanto de estrangeiros que vinham ao país realizar suas pesquisas.

A significativa presença de mulheres atuando nesse campo chama a atenção, e dados sobre essa participação já foram reunidos em outros estudos. No livro *Antropólogas e Antropologia*, Corrêa (2003) tratou dos trabalhos antropológicos de três pesquisadoras do início do século XX, Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Ruth Landes, que veio ao Brasil realizar pesquisas no Estado da Bahia, e Emília Snethlage, especialista em ornitologia, mas que deixou registradas suas impressões etnográficas sobre grupos indígenas com os quais conviveu na região amazônica. Ribeiro (2000) também analisou aspectos da trajetória de Dona Heloísa Alberto Torres, como era conhecida por

seus contemporâneos, e de Marina São Paulo de Vasconcellos, antropóloga que assumiu a cátedra de seu mentor, Arthur Ramos, após a morte dele, tornando-se professora titular de Antropologia e Etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1950.

Dina Dreyfus Lévi-Strauss, antropóloga que veio ao Brasil junto à Missão Francesa e que atuou na Universidade de São Paulo a partir dos anos 1930, foi lembrada por Corrêa (2003) e também teve aspectos de sua experiência profissional investigados por Valentini (2010). Ainda esposa de Claude Lévi-Strauss no primeiro momento em que veio ao Brasil e companheira nas pesquisas de campo realizadas no país, Dina Dreyfus continuou trabalhando após a separação, mas recebeu pouco reconhecimento frente à notoriedade adquirida pelo ex-marido.

A mudança nos sobrenomes é uma das características peculiares às cientistas mulheres, e esse costume foi muitas vezes responsável pela invisibilidade e desvalorização de suas trajetórias profissionais. Ao serem renomeadas, essas mulheres tornavam-se simbolicamente esposas em primeiro lugar e eram também consideradas por seus contemporâneos com base nisso. Na década de 1930, houve uma intensificação no número de pesquisadores que chegavam ao Brasil acompanhados de suas esposas, já que até então o mais comum era que os viajantes viessem sós. Contraditoriamente, a existência desse novo grupo pode ter até dificultado a aceitação das mulheres que viajavam desacompanhadas, porque nas décadas de 1930 e 1940 o trabalho de pesquisa estava mais claramente definido como uma função masculina (Corrêa, 1995:129).

Por outro lado, a presença de casais de cientistas que juntos desenvolveram importantes empreendimentos científicos é uma característica do início do século XX, e essa articulação foi muitas vezes responsável por possibilitar às mulheres dar continuidade às suas carreiras e ao trabalho de campo. Em um mundo bastante convencido da individualidade criativa dos indivíduos, alguns desses casais enfrentaram frequentemente problemas no reconhecimento da autoria das pesquisas. A prática da colaboração claramente teve profundas implicações na vida dos dois parceiros, mas historicamente foram as mulheres desses casais que sofreram as consequências da assimetria de valores entre os gêneros. Já não é mais uma novidade que, em um amplo espectro, o trabalho criativo das mulheres tem sido subestimado (Pycior, Slack, Abir-AM, 1996).

No caso da etnologia, o desenvolvimento de estudos e pesquisas se dava em um contexto bastante diferente no início do século XX. A especialização científica que definiu campos de estudo tão enfaticamente distintos ainda não era uma realidade no período e disciplinas científicas hoje separadas dialogavam com mais facilidade. Estudos de etnologia, arqueologia e linguística, por exemplo, eram mais próximos e muitas vezes realizados de forma interligada. Muitos dos praticantes da antropologia ou da etnologia tinham formação em medicina ou outros cursos, já que as faculdades de antropologia estavam ainda em processo de consolidação.

As expedições etnológicas ocorriam, em geral, com a preocupação de formar coleções para museus diversos, seguindo os passos da tradição colecionista dos séculos anteriores, cuja intenção de catalogar e classificar o mundo nos acervos dos museus de História Natural era característica e influenciava a

Os museus, as mulheres e a participação no campo de estudos etnológicos no Brasil:  
aspectos contextuais do início do século XX

prática dos viajantes de coletar, comprar, trocar e negociar artefatos diversos, fossem etnológicos ou arqueológicos.

Em um contexto de forte nacionalismo e visando também a realização de incursões para adentrar partes do território brasileiro ainda ocupadas por habitantes nativos, a etnologia indígena se transformou em um dos grandes temas de preocupação entre os intelectuais do país.

A etnologia indígena já foi considerada como a prática inicial que teria dado origem a todas as outras e estimulado a produção de conceitos e problemas que caracterizaram a disciplina antropológica (Montero, 2006:47). Havia também, no início do século XX, pesquisadores que se voltavam ao estudo das relações afro-brasileiras que, de acordo com Corrêa (2013:32), começaram a ser realizados antes dos estudos indigenistas no Brasil, diferente do cenário que ocorria no restante da América Latina. De qualquer forma, esses diversos estudos assinalam que a história das ciências sociais no Brasil, especialmente a da antropologia, esteve, desde o século XIX, ligada à questão da construção da nação, e equacionar os dilemas da diversidade racial através da compreensão da natureza dessas diferentes culturas era o ponto principal nos debates entre aqueles que pensavam a construção do país.

Em 1955, ocorria em Salvador a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia que se distribuía em sessões sobre estudos de arqueologia, antropologia física, linguística, folclore, antropologia cultural, aculturação e ensino de antropologia,<sup>5</sup> o que indica essa intermediação de campos de estudos ainda presente e a influência desse conjunto de disciplinas no processo de consolidação dos estudos antropológicos, seja pela incorporação ou pelo distanciamento de práticas, métodos e teorias.

Nessa mistura de territórios, os praticantes da antropologia e da etnologia poderiam ser encontrados alocados em espaços como museus, nas faculdades e universidades, e em institutos públicos, mas dependendo do contexto político em que consolidavam suas atuações poderiam ser reconhecidos como sociólogos, educadores, administradores ou pesquisadores de outras áreas de conhecimento (Corrêa, 2013). Na primeira metade do século XX, a antropologia era uma ciência em franco processo de consolidação.

A linguística, por exemplo, era muito próxima da antropologia na década de 1950, e até hoje são muitos os pontos de contato entre pesquisadores de uma e outra disciplina. Ambas mantinham conexões importantes com a pesquisa de campo, mesmo considerando que essa ênfase ocorreu mais cedo em algumas áreas da antropologia do que em outras – na etnologia e nos estudos de relações raciais, antes do que nos estudos da chamada sociedade nacional. Essa importância da pesquisa de campo, em todas as suas vertentes, foi estimulada tanto por “um interesse vindo do exterior quanto por uma ânsia de autocohecimento razoavelmente bem estabelecida como tradição na intelectualidade brasileira” (Corrêa, 2013:31).

Em um levantamento de dados realizado na documentação de um extinto órgão federal chamado Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e

5 <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/ABA%20-%20Anais%20da%20II%20RBA.pdf>. Acesso em 18/01/2018.

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio

Científicas do Brasil – CFE (1933-1968),<sup>6</sup> foi possível reunir dados acerca de um grupo de cientistas mulheres que pediu licença para realizar expedições científicas no território brasileiro ou também para a exportação de materiais artísticos ou científicos. Esse grupo se caracterizou por ser formado majoritariamente por pesquisadoras da área da etnologia. De trinta e oito (38) nomes levantados, nove (9) eram de etnólogas (Sombrio, 2014; Sombrio, 2016).<sup>7</sup>

Entre os nomes que surgiram, considerando todas as disciplinas em que há registro de participação feminina, alguns são de cientistas reconhecidas em seus países ou internacionalmente pelo pioneirismo em determinadas áreas científicas ou pela participação destacada nas disciplinas que se propuseram a estudar. Alice Farnsworth, Hanna Rydh, Etta Becker-Donner, Racine Foster, Ruth Landes, Bertha Lutz, Betty Meggers e Wanda Hanke, por exemplo, são todas personagens que receberam de alguma forma reconhecimento em seus países de origem e têm relatos publicados sobre suas atividades (Sombrio, 2014:30).

Outras que apareceram no levantamento eram mais anônimas, talvez por não terem dado continuidade às suas carreiras após as expedições realizadas no Brasil, também por circularem fora das instituições científicas formais, de difícil acesso para elas, ou ainda por suas atividades terem sido pouco registradas. A busca para recuperar aspectos dessas trajetórias inicialmente encontradas nos documentos do CFE abriu também caminho para encontrar em outras documentações novos exemplos de mulheres que se engajaram em atividades científicas na época.

As antropólogas que enviaram pedidos de licença ao CFE para realizar pesquisas etnológicas ou linguísticas foram Wanda Hanke, Dina Lévi-Strauss, Sra. Steen, Ruth Landes, Sra. Herskovits, Maria Alice Moura Pessoa, Ani Patin, Etta Becker Donner e Mary Brewer Hemons. As arqueólogas que tiveram suas atividades registradas pelo CFE foram Betty Meggers e Hanna Rydh. A ênfase nesse conjunto de disciplinas se justifica pela proximidade que mantinham no período, como explicado anteriormente. A falta de registro do primeiro nome, em alguns casos, reflete a condição de esposas de expedicionários; era comum na documentação do CFE o registro da mulher, fosse ela cientista também ou não, ocorrer apenas pelo sobrenome (Sombrio, 2014:30).

Tomarei como exemplo alguns casos, entre os nomes mencionados, com o objetivo de explorar também aspectos contextuais acerca da formação do campo de estudos em questão. Sobre algumas delas, não foi possível encontrar nenhuma outra informação além dos registros do CFE.

Havia muitas conexões entre os antropólogos, como nas já conhecidas redes do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo (USP), por onde passaram personagens como Heloísa Alberto Torres e Dina Dreyfus Lévi-Strauss, mas existiam também mulheres que participaram dessas comunidades de forma mais distanciada, que tiveram atuações de menor impacto ou reconhecimento, mas circularam entre os intelectuais brasileiros da

6 No decorrer do texto utilizarei somente a sigla CFE para me referir ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1933-1968).

7 As áreas de atividade apareceram nas seguintes proporções: Etnologia- 9, Botânica e Zoologia- 7, Astronomia- 6, Geologia- 2, Arqueologia- 2, Expedições Artísticas- 7, Exportações Artísticas- 4, Expedições de outra natureza- 1 (Sombrio, 2014:36).

época, ainda dispersos entre vertentes disciplinares menos definidas.

## Viajantes estrangeiras: Wanda Hanke e Etta Becker-Donner

Pelo menos duas viajantes austríacas excursionaram pelo Brasil a fim de realizar expedições etnológicas entre as décadas de 1930 e 1950: Wanda Hanke e Etta Becker-Donner.

O caso de Wanda Hanke (1893-1958), etnóloga nascida em Opava, na região da Silésia, no antigo Império Austro-Húngaro, é bastante emblemático. Hanke se empenhou em estudar diversos grupos indígenas da América do Sul através da realização de pesquisas de campo no Brasil, na Bolívia, no Paraguai e na Argentina, entre os anos de 1933 e 1958, quando veio a falecer na cidade de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas, durante uma de suas viagens. Com titulações em medicina, psicologia e direito, passou a se dedicar aos estudos de etnologia somente a partir dos quarenta anos de idade (Sombrio e Lopes, 2012; Sombrio, 2014; Sombrio, 2016b).

Na primeira dissertação que defendeu, Hanke já indicava seu local de procedência como Viena, cidade onde manteria seus laços familiares frente à desintegração de sua região de origem em decorrência da extinção do Império Austro-Húngaro, em finais de 1918. Começou a estudar filosofia e medicina em 1913, mas devido a esse contexto mudou de universidade várias vezes e finalmente concluiu seu primeiro grau acadêmico na área de psicologia defendendo uma dissertação na Universidade de Munique (Alemanha), em 1918, intitulada “*The psychological and characterological significance of the dream*”. Em 1920, Hanke foi aprovada nos exames para praticar medicina e, em 1921, defendeu um trabalho sobre distúrbios afásicos e ótico-espaciais também em Munique. Seu terceiro e último título acadêmico data de 1926, obtido em Marburg (Alemanha), na área de direito, sobre direitos legais e crimes de moralidade (Liener, 2010).

Para além dos planos de se engajar em estudos etnológicos, as razões pelas quais saiu da Europa são ainda pouco conhecidas. Suas cartas e um trabalho escrito sobre ela na Áustria (Liener, 2010) apontam que trabalhou um período como médica na Alemanha e na Áustria, mas que interrompeu o ofício por problemas de saúde mental, seguidos de períodos de internação em Viena. Quando se recuperou, mudou sua área de atuação profissional seguindo o caminho dos estudos etnológicos. Esteve inicialmente na Argentina, em 1934, onde aprendeu espanhol, e os anos seguintes passou realizando expedições científicas também no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, como já mencionado.

Hanke não se encaixava totalmente na ciência institucionalizada. Era de certa forma reconhecida por seus pares, mas nunca alcançou um status tão alto na etnologia como alguns de seus contemporâneos, e os motivos que explicam essa situação são diversos. Não possuía formação específica na área e suas análises foram consideradas por alguns como pouco aprofundadas. Em resenha do livro *Völkerkundliche Forschungen in Südamerika* (Hanke, 1964),<sup>8</sup> publicado

8 A pesquisa etnográfica na América do Sul, livro publicado em 1964, na Alemanha, após a morte de Wanda Hanke, organizado pelos editores Georg Eckert e Herrmann Trimborn, res-



somente em alemão, o linguista Aryon D. Rodrigues (1967) descreveu Wanda Hanke como uma mulher extraordinária, que tinha um entusiasmo incrível para estudar e falar sobre os povos com quem teve contato, mas que a falta de treinamento específico em antropologia e linguística prejudicava as análises que fez do imenso material que coletou (Sombrio, 2014).

Sobre o mesmo livro de Hanke (1964), outra resenha escrita pela antropóloga Thekla Hartmann apresenta uma visão mais positiva desse trabalho. Hartmann (1966) diz que “os critérios adotados pela autora podem ser discutíveis e ela mesma reconhece a precariedade do esquema”, mas afirma que, mesmo assim, “trata-se de uma louvável tentativa de organizar o material existente em quadros que possam ser submetidos a tratamento interpretativo dentro de um campo bastante negligenciado pelos estudiosos da etnologia brasileira”, referindo-se aos estudos que Hanke realizou entre os Opaíé da região do Sudeste do Mato Grosso, os Tembekwá do Paraguai e Detuánas do rio Japurá, publicados nesse livro.

Wanda Hanke reuniu coleções e dados, produziu diversos registros sobre línguas indígenas e publicou suas observações de campo, assim como outros etnólogos do período, alguns amplamente reconhecidos por seus trabalhos de campo. O etnólogo alemão Curt Nimuendajú ou o brasileiro Roquette-Pinto, por exemplo, também não possuíam formação na área, mas engajaram-se em pesquisas etnológicas e tiveram grande apoio e reconhecimento dos grupos de cientistas nacionais, o que demonstra que a falta de formação na área não constituía necessariamente um problema na época.

O fato de não ter vínculos institucionais sólidos e de atuar como uma pesquisadora autônoma, solitária, sobrevivendo na maior parte do tempo da venda de coleções e artigos e de atividades eventuais, como palestras ou entrevistas em rádios, provavelmente influenciou mais na falta de reconhecimento e de apoio para seu trabalho do que a questão da formação, mas não impediu que ela consolidasse uma atuação bastante significativa. Além disso, o fato de ser uma mulher viajando sozinha pelo interior do Brasil entre as décadas de 1930 e 1950, sem o respaldo de uma instituição científica, provavelmente causava estranhamento e preconceito, pois essa não era a situação mais comum entre os pesquisadores da época. O fato de a historiografia, de forma geral, ter dado menos atenção às trajetórias de mulheres cientistas também pode ser apontado como uma das razões de sua invisibilidade e só mais recentemente vemos surgir uma preocupação maior em resgatar e interpretar essas experiências.

Ainda sobre a questão da formação na área, é importante mencionar que grande parte dos antropólogos brasileiros formados nas décadas de 1930 e 1940, fora do Rio de Janeiro e São Paulo, graduaram-se em faculdades de medicina e direito, na ainda ausência das faculdades de filosofia, precursoras dos Departamentos de Ciências Sociais contemporâneos; poucos daquela geração fizeram um doutorado no sentido atribuído a esse título hoje (Corrêa, 2013:23). A tradição de médicos antropólogos não era uma realidade só no Brasil, mas estava presente também em amplo contexto internacional, como o próprio caso de Wanda Hanke exemplifica.

---

ponsáveis pela publicação, que reúne cinco artigos escritos por Hanke entre 1955 e 1958.

Grande parte de sua produção bibliográfica, entre livros e artigos, foi publicada em alemão, na Áustria e na Alemanha, mas há também trabalhos publicados em português e espanhol. Entrou em contato com diversas etnias indígenas e sobre algumas delas publicou estudos no periódico *Boletins do Museu Paranaense*, nas décadas de 1940 e 1950.<sup>9</sup>

Entre os relatos sobre cultura, língua, história e organização social desses povos, Wanda Hanke descreveu também aspectos da vida das mulheres e das relações de gênero que observou. Esteve na região do Mato Grosso do Sul em 1942 e sobre essa expedição escreveu um artigo intitulado “Cadivéns e Terenos”,<sup>10</sup> no qual registrou suas impressões sobre essas duas etnias que habitavam a região. Relatou, por exemplo, que os Cadivéns conheciam a duração da gravidez e os ciclos da menstruação e que o parto se fazia em suas próprias casas com assistência de uma mulher especialista. Até quarenta dias após o parto as mulheres permaneciam em uma dieta especial na qual não comiam carne, gordura nem comidas cruas e que até depois de um ano não mantinham contato com os homens, o que também evitavam durante a menstruação, acreditando que assim conservariam a saúde. Escreveu ainda que elas quase não conheciam “enfermidades próprias do sexo feminino”, e talvez por isso tenha manifestado uma alta estima por essas práticas.

No mesmo ano de 1942, publicou outro artigo na revista do Museu Paranaense sobre os índios Sirionó da região de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Reafirmando o estereótipo do primitivismo frequente nos estudos da época, Wanda Hanke os descreve como representantes de “uma raça mais primitiva” e menciona que já haviam aparecido em registros de viajantes na década de 1920, mas ainda se mantinham como um grupo bastante isolado. Relatou que homens e mulheres mantinham o cabelo cortado frequentemente e tiravam as sobrancelhas. Como amuleto, as mulheres com filhos usavam restos de cordões umbilicais com cabelo dos recém-nascidos envoltos em fios de lã, algodão ou fibras. Dizia-se que tais amuletos ajudavam a conservar a vida e a saúde da criança. As mães carregavam as crianças em redes que amarravam na diagonal entre o ombro e o peito, posicionando-as de tal modo que sempre alcançassem o peito para mamar. A rede não era feita de um tecido exatamente, mas de fios amarrados com fios mais grossos, transversais, de modo que os dejetos saíssem por esses espaços deixados entre os fios. Desse modo, não se tomava tanto trabalho e asseio na criação dos filhos. Hanke relatou também aspectos sobre papéis masculinos, mitologia, gênese, costumes, entre outras observações.<sup>11</sup>

9 Hanke, Wanda. Artigos publicados nos *Boletins do Museu Paranaense*, Curitiba-PR: Cadivéns y Terenos (1942), vol. II, pp.79-87; Los índios Sirionó de la Bolivia Oriental (1942), vol. II, pp.87-96; Los índios Botocudos de Santa Catarina Brasil (1947), vol. VI, pp.45-59; Apuntes sobre el idioma caingangue de los Botocudos de Sta. Catarina, Brasil (1947), vol. VI, pp.62-97; Vocabulario del dialecto caingangue de la Serra do Chagu, Paraná (1947), vol. VI, pp.99-106; Ensayo de una gramática del idioma caingangue de los Cainganges de la ‘Serra de Apucarana’, Paraná, Brasil (1950), vol. VIII, pp.65-220; Estudos complementares sobre a cultura espiritual dos índios cainganges (1950), vol. VIII, pp.137-145; La cultura material de los Guarayos Modernos (1950), vol. VIII, pp.215-220.

10 O termo “Cadivéns” também é conhecido pela grafia “Kadiwéus”, referindo-se ambos ao mesmo grupo.

11 Reflexões sobre esses dois trabalhos de Wanda Hanke estão também em artigo a ser publicado nos Anais do Congresso - 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero II, Florianópolis-SC, 2017 (Sombrio, 2017, no prelo).

Os objetos que Wanda Hanke coletou hoje constituem coleções em diferentes museus. Há peças no Museu Etnológico de Viena, na Áustria, no Museu de Arqueologia da Universidade de Cochabamba, na Bolívia, e no Museu de La Plata, na Argentina. No Brasil, existem peças e uma grande coleção de fotos tiradas por ela no Museu Paranaense, em Curitiba, instituição com a qual mais colaborou no país, e no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em São Paulo. Como outros etnólogos que fizeram pesquisa de campo no Brasil no mesmo período, os escritos de Hanke foram influenciados pelas teorias evolucionistas do século XIX, e assim ela acreditava que muitos desses grupos encontravam-se em um estágio inferior da evolução humana e que a incorporação à civilização, conceito que definia por sua visão eurocêntrica, seria o caminho da salvação para esses grupos que enfrentavam um iminente processo de extinção.

As relações que estabeleceu com o Museu Paranaense ficaram registradas na extensa correspondência que trocou como o diretor do museu na época, o médico antropólogo José Loureiro Fernandes. Há inúmeros objetos cedidos por ela também no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE), em São Paulo, que à época de suas expedições foram entregues ao Museu Paulista – cujo acervo mais tarde foi dividido e as coleções etnológicas e arqueológicas encaminhadas ao MAE –, mas as relações que mantinha com a instituição permanecem ainda bastante desconhecidas devido à pequena quantidade de registros documentais encontrados até o momento.

Há pelo menos 136 peças entregues ao Museu Paulista entre os anos de 1949 e 1953 vinculadas a Wanda Hanke. Alguns desses objetos estão inventariados diretamente sob o nome dela, mas há também peças registradas sob o nome de Harald Schulz, assistente da seção de etnologia do museu na época, que têm somente em suas descrições as referências à Wanda Hanke como a responsável pela coleta. A tipologia desses objetos é bastante diversa, incluindo adornos corporais (pulseiras, colares, braçadeiras), vasos, arcos e flechas, redes, tecidos, máscaras, tembetás, brinquedos, cestaria, entre outros, provenientes das etnias Opayé, Guarani, Tukuna, Parintintin, Moré, Bocanegra e Urukú Digut (Ara-ra), segundo registros do museu.

Além de Wanda Hanke, havia outra etnóloga austríaca realizando expedições no Brasil no mesmo período. Era a Dra. Violetta (Etta) Becker-Donner, que visitou o país em pelo menos dois momentos diferentes para realizar expedições científicas. Pesquisadora do Museu Etnológico de Viena, foi por intermédio dela que muitos dos objetos coletados por Wanda Hanke entraram naquela instituição. As duas etnólogas mantinham contato por correspondência e negociavam a aquisição de coleções para o museu (Liener, 2010).

Etta Becker-Donner formou-se em filosofia na Universidade de Viena em 1940, e, em 1941, casou-se com Hans Becker, que era membro do corpo diplomático austríaco. Veio com ele à América do Sul em 1947, permanecendo por seis meses no Rio de Janeiro. Em abril de 1948 seu marido assumiu um cargo em Santiago do Chile, onde foi assassinado oito meses depois. Quase um ano após esse ocorrido, em setembro de 1949, Etta Becker-Donner retornou à Áustria com suas duas filhas pequenas e reassumiu seu cargo de Curadora no Museu Etnológico de Viena, onde ficou encarregada da Seção Americana.<sup>12</sup>

12 CFE.T.2.303, dossiê Etta Becker-Donner, MAST – RJ.

Durante os dois anos que passou na América do Sul afastada do museu, aperfeiçoou seus estudos de arqueologia e etnologia americana e também aprendeu a falar um pouco de português e espanhol. Em 1947, ela fundou um Anuário intitulado *Archiv für Völkerkunde*<sup>13</sup>, que passou a ser publicado pelo Museu Etnológico de Viena sob sua coordenação.

A primeira expedição que realizou no território brasileiro foi em 1954. No certificado da licença concedida pelo CFE consta a informação de que realizaria estudos etnográficos, linguísticos e arqueológicos na região do Mato Grosso e Amazonas, seguindo o roteiro de Guaporé e Alto Purus a Mato Grosso e Amazonas, Guajará Mirim, Rio Pacas Novos e Sotério, Rio São Domingos e Rio Acre, para pesquisar as etnias Canamari, Cashiriri e Capechene. O material coletado seria destinado ao Museu de Viena. Em dezembro de 1954, foi expedido também um certificado de licença autorizando a Dra. Becker-Donner a exportar 43 peças indígenas para aquele museu.

Em 1956, realizou uma segunda expedição no país. O objetivo dessa vez era dar continuidade à pesquisa iniciada na região dos Pacaas Novos do Rio Guaporé e tentar novamente entrar em contato com aquele grupo.<sup>14</sup> Na documentação do CFE são mencionadas as ressalvas que o então atuante Serviço de Proteção aos Índios (SPI) havia feito em relação aos riscos que ela poderia correr ao adentrar aquela região, entretanto, frente a sua determinação, o projeto foi autorizado.

Etta Becker-Donner enviou um relatório de atividades de sua primeira expedição ao CFE descrevendo partes de suas incursões. Relatou que adentrou os territórios indígenas acompanhada por dois mateiros e um guia. Passaram muitos dias caminhando e, no decorrer da viagem, ela fez anotações sobre as habitações indígenas, os cultivos e objetos que encontrava pelo caminho (cestas, esteiras, cuias, entre outros), dedicando-se também a comparar estes artefatos com outros da região do rio Guaporé.<sup>15</sup>

Parte da expedição realizou em companhia de um homem chamado Alfredo da Silva, mencionado no relatório. Juntos encontraram vestígios de urnas funerárias e fragmentos de cerâmica. Esses objetos renderam-lhe uma exposição, que seria fotografada e impressa pelo Museu de Viena.

Dedicou-se ao estudo do estilo de cerâmica da região do Guaporé e queria também decifrar quais eram as conexões dos grupos que habitavam o local. Suas pesquisas foram referenciadas em um estudo mais recente sobre a situação de saúde dos Pacaas Novos e apontadas como fonte de informações sobre as migrações históricas desse grupo (Escobar e Coimbra, 1998). A migração dos povos Pacaas Novos foi o assunto abordado por Becker-Donner no artigo que enviou ao XXXI Congresso Internacional de Americanistas realizado no ano de 1954, em São Paulo.<sup>16</sup> Nos anais desse evento, além de Etta Becker-

13 Arquivo Etnológico.

14 Pakaánova, Paca Nova, Pakaa Nova ou Pakaas Novos, são grafias que também aparecem nas diferentes fontes bibliográficas sobre este grupo. Optou-se por usar aqui a mesma grafia empregada pela expedicionária.

15 CFE.T.2.303, dossiê Etta Becker-Donner, MAST – RJ.

16 Becker-Donner, Etta. *First Report on a Field Trip to the Guaporé Region (Pacaas Novos)*, Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1954.

-Donner, aparecem os nomes de Wanda Hanke, Maria Alice Moura Pessoa e Heloísa Alberto Torres entre os membros efetivos do grupo dos americanistas.

Além de ter sido diretora do Museu de Etnologia de Viena, Etta Becker-Donner foi também cofundadora e presidente do Instituto Austríaco de Estudos LatinoAmericanos (*Lateinamerika-Institut*). Nos últimos anos de sua carreira, dedicouse principalmente a estudos na Américas do Sul e Central. As pesquisas de campo que realizou no Brasil foram parte fundamental de sua trajetória profissional.

Em diversas partes, tradições antropológicas nacionais foram fundadas por estrangeiros: Franz Boas nos Estados Unidos, Nimuendajú no Brasil, Malinowski na Inglaterra. As tradições aqui constituídas, se não o foram pelo trabalho de estrangeiros, contaram com uma forte participação deles e delas, e essas experiências são parte importante do conhecimento e dos relatos que temos sobre as experiências de cientistas e das populações nativas, no contexto de uma disciplina que une a história dos observadores e dos observados (Corrêa, 2013: 32).

### **Brasileiras no campo da antropologia e da linguística indígena: Maria Alice Moura Pessoa e Maria de Lourdes de Paula Martins**

Apesar dos cursos de doutorado no Brasil não serem tão frequentes nos anos 1930 e 1940, há dois casos encontrados no decorrer dessa pesquisa que se mostraram significativos para a reflexão proposta aqui. Maria Alice Moura Pessoa, mencionada acima entre os nomes femininos registrados nos Anais do Congresso de Americanistas de 1954, apareceu também nos registros do CFE. Havia se formado em geografia e história pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil e, em 1943, pediu licença ao CFE para realizar pesquisa de campo na região de Dourados, no Mato Grosso, a fim de escrever uma tese de doutorado sobre antropologia física que seria defendida também na FNFfi.<sup>17</sup>

Na época em que enviou seu primeiro pedido de licença ao CFE, seu nome aparecia como Maria Alice Fonseca de Moura. A maioria dos documentos que compõem o dossiê referente a sua expedição – certificados de licença, formulários, relatórios da expedição, listagem de objetos coletados, etc. – foi assinada dessa forma. Somente em um documento, uma carta enviada por ela aos conselheiros após a realização da viagem, seu nome foi assinado de forma diferente: Maria Alice Moura Pessoa. A mudança provavelmente deveu-se ao casamento.

No caso de Maria Alice, não há registros nos documentos consultados de que seu marido fosse também um pesquisador nem outras informações apontando que constituíssem um casal de cientistas, mas a divergência de sobrenomes dificultou a busca por seus tra-

17 CFE.T.2.196, dossiê Maria Alice Fonseca de Moura. MAST – RJ

Os museus, as mulheres e a participação no campo de estudos etnológicos no Brasil: aspectos contextuais do início do século XX

balhos no início da pesquisa, por não se saber ao certo com qual nome ela poderia ter dado continuidade a sua carreira.

No relatório que enviou ao CFE, Maria Alice descreveu a expedição que realizou no Mato Grosso e informou que viajou acompanhada de um assistente, Sr. Arnaldo Salazar Pessoa. Permaneceu por um mês na Missão Evangélica Caiuá, na região de Dourados, e estabeleceu comunicação com os indígenas com auxílio de membros do SPI. Seu plano inicial era fazer apenas mensurações antropométricas, as quais realizaria utilizando aparelhos do Museu Nacional, mas seguindo sugestões de outros pesquisadores, como Heloísa Alberto Torres, Leitão Cunha, reitor na Universidade do Brasil na época, e Roquette Pinto, acabou realizando também testes de aprendizagem e alfabetização e observações sobre a vida social e artística dos indígenas com os quais teve contato.

As práticas adotadas por Maria Alice Pessoa eram características da antropologia física desenvolvida no período. Em seu relatório, ela descreveu atividades como a tiragem de máscaras de gesso, pesquisa de crista palatina (referente à dentição), determinação de grupo sanguíneo que, segundo ela, seria uma pesquisa inédita para a ciência brasileira, moldes de gesso de mãos e pés, documentação fotográfica e cinematográfica e pesquisas sobre os músculos gêmeos das pernas. Essas coleções seriam destinadas principalmente ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e serviriam de base para classificações e outros estudos.<sup>18</sup>

Praticada inicialmente como um braço da história natural, a antropologia do final do XIX e início do XX buscava entender a 'história natural da humanidade' utilizando-se de práticas classificatórias para comparar e avaliar, assim como se fazia com plantas e outras espécies animais. As pesquisas realizadas a partir dessas técnicas constituíram a disciplina que foi denominada como antropologia física e começou a ser praticada no Brasil na segunda metade do XIX. Voltada ao estudo da biologia dos grupos humanos, propunha hipóteses sobre fatores determinantes das raças, seus caracteres biofísicos e as causas de seu desenvolvimento (Castro Faria, 2003).

A preocupação em desvendar as origens dos homens americanos, a procura por fósseis, as medidas craniométricas e osteométricas e as técnicas de mensuração, em conjunto com observações de naturalistas-viajantes, constituíam as fontes de informação para os estudos de antropologia física (Keuller, 2008; Podgorny, 2009), e era nesse contexto que estava inserido o trabalho de Maria Alice Pessoa. No decorrer do século XX, a antropologia foi aos poucos se distanciando dessas práticas e se aproximando cada vez mais das análises sobre aspectos culturais e sociais dos grupos que se propunha a estudar.

Não foi possível encontrar a tese elaborada por Maria Alice Pessoa a partir das pesquisas que realizou em campo, na região do Mato Grosso, nem saber se ela chegou a defender esse trabalho, mas algumas referências dão pistas dos caminhos que tentou buscar profissionalmente após a realização daquela expedição.<sup>19</sup>

18 CFE.T.2.196, dossiê Maria Alice Fonseca de Moura. MAST – RJ

19 O acervo documental da antiga FNFi (1939-1968) permaneceu disperso entre diversas localidades quando os departamentos dessa instituição foram assimilados pela UFRJ. Mais recentemente, no fim dos anos 1980, pesquisadores da Faculdade de Educação da UFRJ deram início a um projeto para organizar essa documentação, mas muito já havia se perdido com o

Quando o antropólogo Arthur Ramos aceitou o convite para dirigir o Departamento de Ciências Sociais da Unesco, em 1949, a disputa por sua cátedra na FNFi se tornou pública, principalmente entre Heloísa Alberto Torres e a assistente de Ramos, Marina Vasconcelos. O caso virou assunto de jornal. Além delas, Edison Carneiro e Maria Alice Moura Pessoa tentaram se inscrever no concurso que foi aberto após a morte de Ramos. Os quatro concorrentes pediram ao Conselho Universitário a concessão de notório saber para suprir a ausência de títulos, pedido negado em todos os casos. O concurso acabou não se realizando e Marina Vasconcelos assumiu a “interinidade da vaga”, dando continuidade aos trabalhos de Ramos (Corrêa, 1997:14,15).

Maria Alice apresentou os resultados de sua pesquisa em diferentes ocasiões. Além de expor sua investigação no Congresso de Americanistas e aos membros do CFE, publicou um resumo de uma apresentação oral no Boletim Geográfico de 1943, onde mencionou o estudo realizado entre os Caiuás de Dourados e os Terenos da região de Taunay. Falou sobre as máscaras de gesso que havia feito e sobre as medições realizadas em um grupo de cerca de 240 indígenas, entre outras informações sobre costumes locais, vestuário, cânticos, arte indígena e saúde, mencionando as doenças que mais atingiam o local e a falta de assistência médica a que os indígenas estavam submetidos.<sup>20</sup>

Mesmo que não tenha avançado profundamente em seus estudos, Maria Alice Pessoa buscou se profissionalizar e se inserir na comunidade científica no início da década de 1940. As políticas educacionais implementadas a partir dos anos 1920 e institucionalizadas durante a Era Vargas determinaram novas oportunidades profissionais para as mulheres, principalmente entre as classes médias e altas, que se direcionaram para o mundo do trabalho não doméstico. As oportunidades e os investimentos em educação influenciaram mudanças nos papéis sociais femininos, direcionando o ingresso de mulheres ao mundo acadêmico e científico (Ferreira *et al.*, 2008: 44).

Voltando o olhar para o campo da linguística, ainda no contexto das fronteiras disciplinares mais fluidas da primeira metade do século XX, foi possível encontrar também, atuando no Museu Paulista, em São Paulo, a linguista Maria de Lourdes de Paula Martins, que aparece no registro de funcionários do Museu Paulista, em relatório de 1949, como a única pesquisadora mulher da instituição.<sup>21</sup>

Os registros de atividades do museu dos anos de 1949 e 1950 informam que Maria de Lourdes havia realizado pesquisa de campo e coleta de dados no Espírito Santo e que exercia a chefia da seção de documentação linguística naquela instituição.<sup>22</sup> Outras mulheres ocupavam funções no Museu Paulista como bibliotecárias ou conservadoras de museu, mas os demais pesquisadores que

tempo. Apesar das tentativas, não foi possível localizar a tese.

20 Boletim Geográfico, Trigesima Oitava Tertúlia Semanal, Realizada a 12 de outubro de 1943 – *Estudo da Profa. Maria Alice de Moura Pessoa, sobre algumas tribos indígenas de Mato Grosso. Os Caiuás de Dourados. Índios Terenos das vizinhanças de Taunay – Apresentação de objetos indígenas – debates em torno do assunto tratado*, pp. 134-138.

21 Arquivo Permanente do Museu Paulista (APMP), Fundo Museu Paulista (FMP), Grupo: Direção e Administração, Subgrupo: Direção e Serviços, Série: Relatório de Atividades, 1949.

22 APMP, FMP, Grupo: Direção e Administração, Subgrupo: Comunicação e Intercâmbio, Série: Correspondência, datas-limite: 1950 (pasta 2), ofício de 7 de janeiro de 1950.

Os museus, as mulheres e a participação no campo de estudos etnológicos no Brasil: aspectos contextuais do início do século XX

atuavam no museu no período eram todos homens.

Alguns anos antes, em 1944, Maria de Lourdes Martins havia defendido sua tese de doutorado em letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a qual intitulou *A Influência Indígena no Português do Brasil* (Martins, 1944). Nesse trabalho abordou, de forma ampla, um estudo de vocabulário e das características da influência indígena na língua portuguesa falada no país.

Além da tese, trabalhou em outras pesquisas importantes para o campo dos estudos sobre populações e línguas indígenas no Brasil. Em 1945, ela foi responsável pela tradução para o português de um caderno de *Poesias Tupis* atribuído ao padre Anchieta e, junto com a tradução, publicou a reprodução das fotos desse caderno, até então indisponíveis para consulta por fazerem parte do Arquivo Secreto do Vaticano (Martins, 1945). De acordo com Budaz (1996), a publicação do caderno de poesias por Maria de Lourdes de Paula Martins marcou o início de uma fase mais científica de estudos da obra de Anchieta e, apesar de alguns erros na transcrição dos originais devido à baixa qualidade das fotos, como ela mesma apontou, a obra é considerada referência fundamental aos estudiosos do assunto.

Organizou também, em 1954, outro livro de traduções e transcrições de poemas de José de Anchieta, reeditado em 1989 (Anchieta, 1989) e foi responsável pela publicação de um *Vocabulário Português-Botocudo* que havia sido compilado pelo Monsenhor Clovis Monteiro, sobre o qual ela escreveu notas; publicou o trabalho no *Boletim do Museu Paulista*, em 1948, tornando-o acessível para outros pesquisadores (Monteiro, 1948).

Em 1958, Maria de Lourdes aposentou-se de seu trabalho no museu; logo em seguida Herbert Baldus, diretor do museu na época, apresentou uma proposta que recomendava a extinção da seção de linguística, departamento até então sob responsabilidade de Maria de Lourdes. As justificativas para tal pedido baseavam-se nas premissas de que “o cargo de Linguista não apresenta caráter museal, não existindo em nenhum dos grandes museus europeus e americanos”, e de que em todo o último decênio decorrido da criação daquela seção “não se instalou sequer uma sala de exposição, e isto porque não se apresentou material para tal fim, visto que as atividades da mesma se prendiam exclusivamente à interpretação e publicação de documentos escritos e impressos, bem como a atendimentos e consultas de caráter puramente linguístico”. Sugeria-se que o cargo de linguista fosse substituído por uma nova vaga de “historiógrafo”, levando-se em conta que o museu estava primordialmente voltado às questões históricas e precisava de mais profissionais voltados a essa área.<sup>23</sup>

Com o passar dos anos, o Museu Paulista foi se modificando e acabou dividindo seu próprio acervo entre outros museus, como o já mencionado MAE e o Museu de Zoologia da USP, por exemplo. A seção de linguística fazia sentido no museu em um contexto em que essa disciplina era pensada e praticada como parte de estudos etnológicos mais amplos, considerando a articulação entre estudos arqueológicos, etnográficos, linguísticos e de cultura material característica da tradição dos museus de história natural, mas isso foi se transformando no decorrer do século XX frente à especialização crescente e ao distanciamento

23 APMP, FMP, Grupo: Direção e Administração, Subgrupo: Comunicação e Intercâmbio, Série: Correspondência, datas-limite: 1951-1959 (pasta 3), ofício de 19 de fevereiro de 1958.



das visões mais generalistas. Talvez seja essa uma das razões que expliquem as mudanças propostas naquele momento e o incômodo manifestado por Baldus na forma como os trabalhos da seção se desenvolviam, mas também as disputas internas por espaços de trabalho, financiamento e reconhecimento dentro do museu.

Essa importância da linguística para os estudos etnológicos viria novamente a se fortalecer a partir dos anos 1970, frente à constatação de que compreender as línguas de diferentes etnias indígenas era fundamental para se trabalhar com a história oral, que se tornou central nos processos de compreensão dessas culturas, fazendo com que a tradição contada se transformasse em fontes de pesquisa fundamentais nos estudos etnológicos (Viveiros de Castro, 1993), de modo a renovar também o valor das antigas coleções, manuscritos e compilações de línguas guardadas em acervos de diferentes museus.

### Considerações finais

Olhar para os museus brasileiros da primeira metade do século XX pode revelar muitos aspectos sobre as práticas e espaços ocupados por mulheres cientistas. Considerando os estudos etnológicos nesse contexto amplo, característico das ciências de museus, vemos essas duas personagens brasileiras engajando-se em pesquisas de doutorado e atuando profissionalmente, consolidando participações ativas no sistema de produção de conhecimentos. Assim como no caso das estrangeiras que vieram ao Brasil e ficaram registradas nos documentos do CFE, esse campo disciplinar fundamentalmente voltado ao estudo da questão do outro tem se mostrado como uma área onde as mulheres conseguiam encontrar espaços de atuação, mesmo que enfrentando disputas, perda de espaços e permanecendo a mercê de divisões sociais mais amplas que impreterivelmente afetariam suas trajetórias profissionais.

Recuperar esses casos em diferentes documentações históricas e refletir sobre essas experiências tem tornado possível diversificar o registro histórico referente às mulheres cientistas. Essas análises particularizadas têm o intuito de contribuir com o quadro de escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes de mulheres cientistas trabalhando no Brasil no período abordado e podem nos auxiliar a ver e compreender modelos mais amplos sobre as práticas científicas, o desenvolvimento de ideias e os papéis culturais e políticos das mulheres e das ciências.

O conjunto de mulheres mencionado aqui insere-se na história das ciências como participantes de um sistema de produção de conhecimento integrado por pessoas diversas e caracterizadas por compartilhar os mesmos paradigmas de sua época. Essas personagens consolidaram participações concretas nos sistemas de produção científica, ocupando posições de menor ou maior prestígio, dependendo do caso, e com formas de inserção distintas. É necessário olhar para todos esses espaços de produção das ciências, e por diversos ângulos, para entender como se dá de fato esse processo, profundamente influenciado por contextos sociais econômicos e políticos.

Os museus, as mulheres e a participação no campo de estudos etnológicos no Brasil: aspectos contextuais do início do século XX

Para as mulheres que buscavam se profissionalizar na primeira metade do século XX, ainda bastante associadas na estrutura social ao espaço privado da casa e do ambiente doméstico, as dificuldades impostas para realizar pesquisas de campo, parte fundamental no processo de desenvolvimento de várias ciências, podia constituir um obstáculo para a consolidação de carreiras científicas promissoras.

No entanto, desde o final do século XIX, ciências que se baseiam fortemente na pesquisa de campo, como a botânica e a antropologia, se mostraram particularmente receptivas às mulheres (Kuklich e Kohler, 1996; Shteir, 1996) e no decorrer do século XX cada vez mais mulheres começaram a aparecer praticando ciências no campo.

O desenvolvimento da antropologia propiciou a acumulação de modelos interpretativos que colocaram o cotidiano e seus valores como o centro da observação da vida social. Ao analisar representações plenas da organização social e política e considerar suas estreitas ligações com a esfera do privado e até mesmo do ilegítimo, a pesquisa antropológica buscou trazer luz às sombras da vida social e a espaços antes relegados ao esquecimento (Montero, 2006). Talvez por essas mesmas características compartilhadas com a posição ocupada por elas na sociedade que diferentes mulheres tenham encontrado possibilidades de inserção e voltado seu interesse para esse campo de estudos.

Dificuldades diversas, algumas exemplificadas em diferentes passagens neste trabalho, podem ter atrapalhado as aspirações de inúmeras personagens que tentavam ingressar em carreiras científicas, mas certamente não impediu que se consolidassem participações como as das mulheres abordadas aqui. Ao olhar para a história das ciências a partir da perspectiva dessas mulheres, novos aspectos e características dos próprios sistemas de produção de conhecimento têm se revelado. As identidades de gênero possíveis e existentes eram mais flexíveis do que as imagens tradicionais registradas pela historiografia nos permitiram conhecer.

## Referências

ANCHIETA, José de. Poesias/ José de Anchieta; transcrições, traduções e notas de M. De L. De Paula Martins. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu* (27), pp. 213-254, Campinas, 2006.

AZEVEDO, N.; CORTES, B.; FERREIRA, L.; SÁ, M. Gênero e Ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu* (23), pp. 355-387, Campinas, 2004.

BEDIAGA, B.; Peixoto, A.; FILGUEIRAS, T. Maria Bandeira: uma botânica pioneira no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *Hist., Ciên., Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Epub Jan 26, 2016.

BUDASZ, Rogério. *O Cancioneiro Ibérico em José de Anchieta - Um Enfoque Musicológico*. Dissertação de Mestrado, ECA-USP, São Paulo, 1996.

- CARDOSO, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista*. Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- CASTRO FARIA, L. Virchow e os sambaquis brasileiros: um evolucionismo anti-darwinista. In: Domingues, H.M.B. (org). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. RJ: Fiocruz, 2003.
- CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*, Ed. Unicamp: Campinas, 2013.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2003.
- CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Rev. Antropologia*. Vol. 40, n. 1, São Paulo, 1997.
- CORRÊA, Mariza. A Natureza Imaginária do Gênero na História da Antropologia. *Cadernos Pagu* (5), pp. 109-130, Campinas, 1995.
- ESCOBAR, Ana Lúcia; COIMBRA Jr., Carlos. *Considerações sobre as Condições de Saúde das Populações das Áreas Indígenas Pakaánova (Wari) e do Posto Indígena Guaporé, Rondônia*. Documento de Trabalho n. 1, Porto Velho e Rio de Janeiro, agosto de 1998.
- FERREIRA, L.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTES, B. Institucionalização das ciências, sistemas de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *Hist., Ciên., Saúde – Manguinhos – Gênero e Ciências*, vol. 15, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2008.
- HARTMANN, Thekla. Resenha de *Völkerkundliche Forschungen in Südamerika* (Hanke, 1964), *Rev. Antropologia*, vol. 14, pp. 148-149, São Paulo, 1966.
- JUNGHANS, Miriam. Among Birds and Net(Work)s: Material and Social Practices in the Trajectory of Ornithologist Emilie Snethlage (1868–1929). *HoST - Journal of History of Science and Technology*, vol. 10, pp. 71-101, Epub, 2016.
- KEULLER, Adriana. *Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, ideias e Instrumentos (1876-1939)*, Tese de Doutorado, FFLCH - USP, São Paulo, 2008.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, The University of Chicago Press, 2º ed., 1978.
- KUKLICK, H. e KOHLER, E. Introduction. *Osiris*, vol. 11 - Science in the Field, pp. 1-14, 1996.
- LIENER, Stefanie Maria. *Wanda Hanke (1893 – 1958) - Eine österreichische Ethnologin in Sudamerika*. Diplomarbeit - Universität Wien, Áustria, 2010.
- LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia; SOMBRIO, Mariana; A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Revista Gênero*, vol. 5, número 1, Niterói, pp. 97-109, 2004.
- LOPES, M.M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. 1a. ed. São Paulo: HUCITEC, UnB, 1998.
- LOPES, M.M. \*Aventureiras\* nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), p. 82-93, Campinas, 1997.
- MARTINS, Maria de Lourdes de Paula. *A Influência Indígena no Português do Brasil (Estudo de Vocabulário)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1944.
- MARTINS, Maria de Lourdes de Paula. *Poesias Tupis (Século XVI)*. Separata do Boletim LI da Fac.

Os museus, as mulheres e a participação no campo de estudos etnológicos no Brasil: aspectos contextuais do início do século XX

Fil. Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1945.

MONTERO, Paula. Tendências da pesquisa antropológica no Brasil. In: Grossi, Tassinari, Rial (orgs). *Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

MONTEIRO, Clovis. Vocabulário Português-Botocudo. Organização, prefácio e notas de M. De L. de Paula Martins. *Boletim do Museu Paulista*, São Paulo, 1948.

PYCIOR, Helena; SLACK, Nancy; ABIR-AM, Pnina (editors). *Creative Couples in the Sciences. Lives of women in Science*. New Brunswick, N.J: Rutgers University Press, 1996.

PODGORNY, Irina. *El sendero del tiempo y de las causas accidentales. Los espacios de la prehistoria en la Argentina, 1850-1910*. Rosario: Pro-historia ediciones, 2009.

RAGO, Elisabeth. Médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu* (15), Campinas, pp. 199-225, 2000.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, Aryon. Resenha de *Völkerkundliche Forschungen in Südamerika* (Hanke, 1964), *American Anthropologist*, vol. 69, pp. 529-530, 1967.

SHTEIR, Ann. B. *Cultivating women, cultivating science: Flora's daughter and botany in England, 1760-1860*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

SOMBRIO, Mariana. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. *Cadernos Pagu* (48), Campinas, e164809, 2016.

SOMBRIO, Mariana. Gender, Museums and Science: Wanda Hanke's Ethnological Collections (1933–1958). *HoST - Journal of History of Science and Technology*, vol. 10, pp. 33-69, Epub, 2016b.

SOMBRIO, Mariana. *Em busca pelo campo: Ciências, coleções gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX*. Tese de Doutorado, DPCT/Unicamp, Campinas, 2014.

SOMBRIO, M. e LOPES, M. Expedições Científicas na América do Sul: A experiência de Wanda Hanke (1933-1958). *Cadernos de História da Ciência do Instituto Butantan*, vol. 7, n. 2, São Paulo, 2012.

VALENTINI, Luísa. Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938). Dissertação de Mestrado, Antropologia Social: USP, São Paulo, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Histórias Ameríndias. *Novos Estudos Cebrap*. n. 36, julho, 1993.